



SINOPSE SINTIUS

INFORMATIVO DIÁRIO DO SINDICATO DOS URBANITÁRIOS

06/05/2019

Disponível no site <http://www.sintius.org.br>

Governo corre para tentar convencer Congresso a liberar extra de R\$ 248 bi

Com uma base parlamentar modesta e instável, o Palácio do Planalto corre o risco de ficar sem recursos para pagar subsídios e benefícios a idosos carentes e pessoas com deficiência (BPC).

Para contornar esse grave problema de caixa, a equipe econômica do ministro Paulo Guedes passou a articular a aprovação do projeto de lei que autoriza o governo a gastar R\$ 248 bilhões com recursos a serem obtidos com títulos do Tesouro Nacional.

É a primeira vez que o Poder Executivo precisará desse tipo de aval do Congresso Nacional para realizar despesas como as transferências assistenciais aos mais pobres. A chamada "regra de ouro" impede o governo federal de se endividar para pagar despesas correntes, como salários, Previdência Social e benefícios assistenciais. Guedes pediu ao Congresso para que, em 2019, haja uma exceção a essa limitação. Por ser um caso incomum, o governo federal terá de obter 257 votos na Câmara dos Deputados e 41 votos no Senado depois que o projeto sair da CMO (Comissão Mista de Orçamento), onde está parado.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 03/05/2019

Governo estuda ceder pontos na lei que combate fraude em aposentadorias

A equipe econômica negocia com o Congresso alterações na medida provisória (MP) que combate fraudes e passa um pente fino nos benefícios do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social). A proposta tem que ser aprovada por uma comissão de parlamentares e, depois, pelos plenários da Câmara e do Senado até o fim do mês. Relator da MP, o deputado Paulo Martins (PSC-PR) deve apresentar, na terça-feira (7), o parecer com algumas alterações no texto enviado pelo presidente Jair Bolsonaro.

Técnicos do Ministério da Economia se reuniram com Martins e aceitam mudanças em pontos da proposta desde que não haja um impacto significativo. O governo espera economizar R\$ 9,8 bilhões em 12 meses com essa medida. Segundo Martins, o relatório deve derrubar o artigo que obriga idosos carentes e deficientes a abrirem mão do sigilo bancário ao pedirem o BPC, benefício pago a esses grupos. De caráter assistencial, essa transferência tem valor de um salário mínimo (R\$ 998). Metade dos deputados e senadores da comissão que analisa a medida provisória é de estados do Norte e Nordeste, onde há uma forte concentração de beneficiários do BPC, além de trabalhadores rurais.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 03/05/2019

MDB anuncia posição contrária a três itens da reforma da Previdência

Sexta maior bancada da Câmara, o MDB anunciou, nesta quinta-feira (2), ser contrário a três pontos da proposta de reforma da Previdência do presidente Jair Bolsonaro.

O partido é contra a proposta de mudança no BPC (benefício pago a idosos carentes), na aposentadoria rural e nos critérios para aposentadorias de professores.

Sigla do ex-presidente Michel Temer, que falhou ao tentar aprovar uma reforma da Previdência, o MDB é a favor de ajustes na Previdência Social e redução dos gastos com aposentadorias e pensões, além de defender a criação de uma idade mínima para aposentadoria.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 03/05/2019

Comissão vai discutir Previdência hoje

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) vai debater, na segunda-feira (6), sobre Previdência e trabalho, com foco na Desvinculação de Receitas da União (DRU), na sonegação e nas isenções fiscais. A audiência faz parte de um ciclo de debates solicitado pelo presidente da comissão, senador Paulo Paim (PT-RS).

A DRU é uma ferramenta que permite ao governo federal usar livremente 20% de todos os tributos federais vinculados por lei a fundos ou despesas. Na prática, possibilita que o governo aplique recursos destinados a áreas como educação, saúde e Previdência Social em qualquer despesa considerada prioritária e na formação de superávit primário.

Foram convidados para participar da reunião o diretor da Instituição Fiscal Independente do Senado Federal (IFI) Rodrigo Octávio Orair; o diretor de Documentação do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), Antonio Augusto Queiroz; o presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip), Floriano Martins de Sá Neto; o técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), Juliano Sander Musse; e o diretor de Assuntos Parlamentares do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Sindifisco Nacional), George Alex Lima de Souza.

A audiência pública será interativa, aberta à participação popular, e está marcada para as 9h, no Plenário 6 da Ala Nilo Coelho.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 06/05/2019

Governo tem força para aprovar reforma ambiciosa, diz Itaú

O governo de Jair Bolsonaro (PSL) tem força política para aprovar uma reforma ambiciosa da Previdência, afirmou nesta sexta-feira (3) o presidente do Itaú, Candido Bracher. Ele acrescentou ainda que a equipe econômica, liderada por Paulo Guedes, está comprometida com uma economia mais próxima ao R\$ 1 trilhão proposto inicialmente.

“Sentimos na equipe econômica desejo de buscar esse número mais significativo, que não faça que à reforma da Previdência se sigam outras medidas de corte para manter a relação dívida pública/PIB”, afirmou Bracher em entrevista a jornalistas para detalhar os resultados do banco no primeiro trimestre.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 06/05/2019

MP que dificulta contribuição sindical pode cair

O governo decidiu abrir negociação com sindicatos e poderá sacrificar a MP (medida provisória) que proíbe o desconto automático da contribuição que incide sobre a folha salarial.

Lideranças das principais centrais dizem que, do jeito que está, a MP pode asfixiá-las. Por isso, pressionam seus parlamentares a barganhar um acordo com o governo em troca da reforma da Previdência.

Neste momento, lideranças parlamentares e assessores do governo afirmam que não se trata de uma troca. Reconhecem, no entanto, que a oposição à MP uniu as centrais e os deputados que representam a causa trabalhista no Congresso, e esse bloco pode atrapalhar o avanço da Previdência.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 06/05/2019